

SINDSEF

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

158

MAR/ABR 2015

FILIADO À



E À **CONDSEF**

CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA DOS SERVIDORES FEDERAIS 2015

**UNIFICAR O FUNCIONALISMO
EM DEFESA DOS
SERVIÇOS PÚBLICOS
CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES
AS TERCEIRIZAÇÕES E A
PRECARIZAÇÃO.**

Págs 04-05



EDITORIAL
Termômetro nas
alturas

Pág 02

CONJUNTURA
É preciso unificar e
mobilizar os
trabalhadores

Pág 03

GIRO NOS ÓRGÃOS
MTE, SPU, INCRA,
IPEN, MS, IPHAN

Págs 06-07

ATIVIDADES
Assembleia Estadual
Geral, posse e seminário
da nova diretoria

Pág 08



Termômetro nas alturas

A temperatura anda bem alta nos órgãos públicos. No MTE, por exemplo, a população está raivosa com os prazos de análise dos recursos de seguro desemprego, que hoje são de 120 dias. O povo está cada vez mais agressivo com os servidores, e isto não ocorre somente no MTE, mas em outros órgãos do serviço público também. O termômetro já passou do estado febril.

Também nos transportes, como ônibus e metrô, no horário do rush, os nervos estão pegando fogo. A agressividade aumenta cada vez mais e a população, como não sabe em quem descontar pelos péssimos transportes e pelos problemas que enfrentam no dia a dia, costuma dar cotoveladas e pernadas nas pessoas, que se espremam como se estivessem em latas de sardinha.

No supermercado tem sido comum observar a indignação da população com os preços dos alimentos que a cada semana parecem mudar.

O sentimento de indignação com a crise da água, com o aumento da energia, aumento do gás, juros altos dos bancos, tudo tem sido motivo para subir a pressão e a temperatura das pessoas.

Não acreditamos que as medidas do Governo Dilma resolvam o que está por vir. Então, se, por um lado, é verdade que a direita, que os reacionários, os coxinhas, e a classe média estão se aproveitando desse momento para aumentar suas forças, também é verdade que o outro lado, o da classe pobre, não aguenta mais o que está aí!

É claro que o processo é muito

mais complexo. São inúmeras causas que estão por trás desse sentimento, tais como a falta de oportunidades, a falta de serviços de qualidade, ainda mais quando todos sabem que bilhões foram roubados dos cofres públicos, e que poderiam ter melhorado a vida do povo se tivessem sido empregados no lugar certo. Mas, acima de tudo, a falta de esperança por um amanhã melhor é que consideramos que esteja aumentando a pressão e a temperatura do povo. Ninguém mais está disposto a sacrificar nada para superar crises econômicas ou políticas. Ninguém mais está interessado nas riquezas do país que tem servido apenas para enriquecer mais ainda os ricos. O que as pessoas querem é ter o direito a uma vida melhor, não amanhã, mas hoje, não para daqui alguns anos, mas hoje! O povo cansou de viver anos e anos embaixo de sacrifícios, para que uma pequena corja se locupletasse e enriquecesse a custa do seu suor.

Temos visto muitos companheiros desdenharem o que aconteceu no dia 15 de março na Avenida Paulista. É verdade sim que foi a direita quem mais faturou com isso, mas é verdade também que a indignação não é apenas da classe média. Ela está nas ruas, no dia a dia, na expressão e nas reações do povo sofrido.

Evidentemente, não estivemos nas ruas nem no dia 13 e nem no dia 15, mas trabalhamos diariamente com a população e temos visto que as coisas estão bem quentes, bem acima da média.

Sabemos que a indignação hoje nas ruas é fruto da política de um governo que se aliou com a burgue-



sia. Contudo, devemos, sim, cobrar muito a tomar as ruas deste país e, não serão nem os coxinhas, nem politicamente o PT pela atual situação!

Por último, acreditamos que um movimento mais poderoso não vá de- a classe média, mas a juventude e o povo pobre e oprimido deste país.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2015 JANEIRO | FEVEREIRO

SALDO INICIAL	R\$ 156.393,67	R\$ 157.197,59
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagamento empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 212.338,39	R\$ 221.409,22
DESPESAS		
ADMINISTRATIVO (Ata de posse, aluguel da sede central e do núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 46.263,94	R\$ 20.694,28
FUNCIONÁRIOS (Rescisões de contrato, FGTS, salários, seguro saúde, INSS, VR, VT, 13º salários etc.)	R\$ 69.562,23	R\$ 57.793,60
SINDICAL (Assembleias, palestras, seminários, atos etc.)	R\$ 9.849,40	R\$ 12.844,57
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática etc.)	R\$ 30.765,25	R\$ 16.384,53
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 3.210,00	R\$ 5.020,80
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 9.790,00	R\$ 2.809,53
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 24.087,62	R\$ 27.204,60
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 2.271,85	R\$ 1.845,64
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 4.030,64	R\$ 3.395,16
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 211.534,47	R\$ 147.992,71
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 803,92	R\$ 73.416,51
SALDO FINAL	R\$ 157.197,59	R\$ 230.614,10

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Alvares Penteado, 97 - 6º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábila Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Colaborou para esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda.



É preciso unificar e mobilizar os trabalhadores contra os ataques da direita e do governo

No início do segundo mandato, a presidente Dilma baixou um pacote de medidas cortando verbas do orçamento da União da ordem de R\$ 22,7 bilhões. Só na educação pública houve um corte de cerca de R\$ 7 bilhões. Várias outras áreas também foram atingidas, diminuindo drasticamente os investimentos em políticas públicas e sociais.

As recentes medidas provisórias 664 e 665 atingem os setores mais frágeis da população, reduzindo direitos como auxílio-doença, PIS, pensões por morte, seguro-desemprego, entre outras. As mudanças previstas para a Previdência estão entre as mais pesadas desde as reformas de 1998, na era FHC, e de 2003, no governo Lula, que terminou levando à privatização da previdência pública com a criação do fundo de pensão para o funcionalismo federal (Funpresp).

Só com as alterações que retiram direitos da classe trabalhadora o governo Dilma estima reter R\$ 18 bilhões por ano. Segundo o próprio ministro da Fazenda, Joaquim Levy, este “lucro”, que será conseguido a partir da redução de direitos, será utilizado para garantir o superávit primário.

Enquanto ocorre o corte de bilhões à custa dos trabalhadores, outros tantos bilhões seguem sendo concedidos em desoneração a banqueiros e grandes empresários. Apenas em 2015 a Previdência Social deve deixar de receber mais de R\$ 21 bi em concessões do governo ao empresário, além de incentivos fiscais, sem a contrapartida da garantia do emprego. Além disso, o governo segue destinando quase 50% do Orçamento da União para o pagamento dos Juros e amortizações da Dívida Pública aos banqueiros.

Foram anunciados aumentos de impostos e taxas, como o PIS e Confis sobre os combustíveis com conse-



Crédito: CSP-Contúas

quente elevação do preço da gasolina; aumento do IOF no crédito para pessoas físicas e das taxas de juros do financiamento imobiliário. Também houve aumento nas contas de energia elétrica, estimado em pelo menos 30%, do gás de cozinha, da conta de água e nos preços dos alimentos.

Com todas estas medidas de austeridade e os sucessivos casos de corrupção no governo, a direita tenta capitalizar o desgaste do PT junto aos trabalhadores. Porém, o PSDB, o DEM e os grupos que estiveram à frente da organização das manifestações contra o governo, apoiam as medidas de “ajuste fiscal” e têm acordo com a atual política econômica de Dilma. Apoiam as demissões e a venda de ativos da Petrobras. Defendem o corte no orçamento dos gastos sociais para dar ainda mais dinheiro aos banqueiros através do pagamento da dívida pública. Todos eles estão a favor das demissões e de maior exploração: fazer os trabalhadores produzirem mais e ganharem menos. Querem que os trabalhadores paguem o preço da crise que eles criaram.

Os banqueiros e os grandes empresários ganharam muito dinheiro

nos governos do PT que sempre governou e continua governando para eles, por isso nomeou um banqueiro como ministro da Fazenda, um grande empresário para Ministro da Indústria e uma latifundiária para o Ministério da Agricultura. O que faz com que banqueiros, multinacionais, o agro-negócio, FHC, Aécio Neves, PSDB, DEM, Globo, Folha de S. Paulo e toda a mídia queiram desgastar ainda mais o governo é ter mais poder de chantagem sobre ele e tentar voltar à Presidência da República em 2018.



Crédito: Bianca Pedrina/CSP-Contúas

Nesta falsa polarização, precisamos construir uma alternativa classista dos trabalhadores, que não tem nada a ver com a direita reacionária. Para isso, a unidade na luta é fundamental. É nossa tarefa exigir do governo Dilma que suspenda o pagamento da dívida pública e destine mais verbas para saúde, educação, e para os serviços públicos de forma geral. Queremos e lutamos por uma política de proteção ao emprego e punição para empresas que demitem, lutamos para evitar o desmonte e a destruição do Estado e garantir mais e melhores serviços públicos.

Como parte desta iniciativa, aconteceu no dia 20 de março, a reunião do Espaço Unidade de Ação com diversas representações sindicais, do movimento popular e da juventude com o objetivo de unificar e mobilizar os trabalhadores, através de um plano de ação, contra os ataques do governo federal, estaduais e municipais. A reunião aprovou a construção de uma jornada de mobilizações com paralisações a serem realizadas de 7 a 9 de abril, coincidindo com as jornadas de mobilização dos servidores públicos federais e outras categorias em luta. O Sindsef-SP se soma aos esforços do Espaço Unidade de Ação.



OS SERVIDORES NÃO VÃO PAGAR PELA CRISE

MPOG PRETENDE EMPURRAR NEGOCIAÇÕES ATÉ AGOSTO

Na primeira reunião entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o Fórum de Entidades dos Servidores Públicos Federais para discutir a pauta de reivindicações da categoria, no dia 20/03, o ministro Nelson Barbosa já descartou a possibilidade de conceder os 27,3% de reajuste salarial, reivindicado pela categoria.

Falando pela CSP-Conlutas, em nome do Fórum, o servidor do IBGE Paulo Barela frisou que o acordo firmado em 2012 não contemplou o conjunto das reivindicações, gerando inclusive uma perda em relação à inflação, que a campanha busca corrigir. Portanto, o índice reivindicado é item central da pauta em combinação com a correção das distorções históricas nas diversas carreiras.

Para o ministro, o percentual é inviável e vai na contramão das medidas econômicas que têm sido adotadas no país. Ele disse que o governo buscará manter a diretriz de promover uma redução gradual do gasto primário com pessoal na proporção com o Produto Interno Bruto (PIB). Segundo ele, a folha de pagamento, no fim do governo Fernando Henrique Cardoso, era de 4,8% do PIB, passando para 4,2% do PIB em 2013 e 4,3% do PIB em 2014. “Queremos usar bem o espaço fiscal que a gente tem e recuperar o PIB”, acrescentou ele.

Isso se dá porque a meta do Governo Federal em realizar o “ajuste fiscal” é controlar gastos para aumentar o superávit primário – economia para o pagamento de juros da dívida pública. Dessa forma, Barbosa deixou implícito que o governo quer jogar a crise na conta dos servidores públicos.

De acordo com o presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, durante a reunião, o ministro apresentou o problema das contas do governo, mas apresentou como fórmula o ajuste fiscal, com retirada de direito dos trabalhadores e redução da folha de pagamento do funcionalismo, o que pode representar a terceiriza-



Crédito: Mário Ruffino Junior/Shasefe

ção de várias funções no serviço público.

“O governo fala em aumentar a arrecadação, mas só quer fazer isso à custa dos trabalhadores. No entanto, não mexe na grande sanguessuga do orçamento da União, que é a dívida pública. Ao contrário, promove o ajuste fiscal para continuar pagando os juros e amortização dessa dívida, quando deveria propor a sua auditoria”, complementa Rizzo.

Na reunião, o governo enfatizou também que sua intenção com os sindicatos é negociar um percentual para ser parcelado em três ou mais anos. O prazo de negociação exposto foi de maio até agosto, quando o governo tem de enviar a proposta de orçamento federal de 2016.

As entidades representativas dos servidores cobraram o processo de negociação seja antecipado. No entendimento dos sindicatos, a proposta do governo é uma forma de protelar a discussão e manter o movimento sindical em “banho-maria”. Não faz sentido, visto que a pauta foi protocolada desde fevereiro e as reivindicações são praticamente as mesmas de anos anteriores e, inclusive, pautas fixadas em mesas de negociação.

As entidades presentes destacaram, ainda, a reivindicação de que a mesa seja com o Fórum dos SPF, e não com cada

entidade, e que os interlocutores do governo tenham poderes efetivos de negociação.

Outras questões como o corte de verbas da educação, novos concursos, política concreta de valorização e liberação sindical remunerada foram reivindicadas pelos servidores na reunião, que contou com a presença de representantes de 41 segmentos do funcionalismo federal.

“Não aceitaremos pagar pela crise e seguiremos exigindo a valorização dos servidores e mais e melhores serviços públicos para a população, sobretudo para a parcela mais carente de nosso povo”, salientou Paulo Barela.

Nos dias 7, 8 e 9 de abril os servidores vão tomar Brasília em uma grande jornada de lutas dos servidores federais. Será um passo importante para pressionar o governo iniciar o processo de negociação.

PARA MELHORAR A VIDA DE TODOS E TODAS



A Campanha Salarial 2015 dos servidores públicos federais foi deflagrada num cenário em que o governo e os patrões insistem em cobrar dos trabalhadores a conta por uma crise do capital financeiro. O centro de luta é a defesa dos serviços públicos, contra os cortes de verbas públicas e de direitos dos trabalhadores.

Na pauta, é apresentada uma série de reivindicações que, se atendidas, vão melhorar a vida dos trabalhadores e da maioria da população que arca com aumentos sucessivos em impostos e nunca

vê o valor pago ao Estado revertido em serviços de qualidade que são um dever do governo fornecer.

A campanha envolve a luta por mais verbas para saúde, educação, terra para o povo produzir alimentos e moradia para os mais carentes. Defende uma política de proteção ao emprego e punição para empresas que demitem. Exige do governo Dilma que suspenda o pagamento da dívida pública e faça uma auditoria para saber se o Brasil, de fato, deve o absurdo que todos os anos os banqueiros nos cobram em juros intermináveis.



ATO EM SÃO PAULO REAFIRMA IMPORTÂNCIA DA UNIDADE

“Este é o primeiro passo rumo a construção de uma greve com uma pauta unificada... Vamos dizer para o governo Dilma que a nossa paciência já esgotou”, com estas palavras Ismael Silva, Secretário Geral do Sindsef-SP, arrancou aplausos dos servidores federais que participavam do Ato realizado nesta sexta-feira, 20/03, em frente ao Fórum Pedro Lessa, na Av. Paulista.

O protesto reuniu servidores de diferentes órgãos e representantes do Sindsef-SP, Sintrajud, Sinsprev, Sinal, Assibge e da CSP-Conlutas. Aposentados e pensionistas também mostraram sua indignação com a política de arrocho salarial do governo Dilma.



Crédito: Fábria Corrêa

A mobilização fez parte da Campanha Salarial Unificada de 2015 e funcionou como uma vigília para acompanhar os desdobramentos da reunião que acontecia entre o governo e o fórum dos federais, em Brasília.

Alguns servidores compartilharam sua insatisfação e os problemas enfrentados nos locais de trabalho. O ativista Gama, servidor do IPEN (Instituto de Pesquisas Energética e Nucleares), contou sobre a mobilização que está acontecendo no Instituto para reverter o corte da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos (GEPR).

Na calçada em frente ao Fórum Pedro Lessa, os manifestantes distribuíram uma carta à população explicando os motivos do protesto e, ao microfone, expressavam sua indignação com as constantes denúncias de corrupção, contra as MPs 664 e 665 que retiram direitos básicos dos trabalhadores e contra o corte no orçamento que penaliza a população mais carente.

Em todas as falas um tema era recorrente... É preciso unificar as lutas para enfrentar os ataques do governo. A afirmação ganhou mais força com os informes que foram chegando da



Crédito: Fábria Corrêa

reunião do Fórum das Entidades Federais com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

O ministro sinalizou com a possibilidade de um acordo em quatro anos, mas não apresentou nenhum índice e já antecipou que o Planalto considera os 27,3%, reivindicados pelos servidores, inaceitável.

“Se não nos mobilizarmos não vamos conseguir nada”, falou o Aparecido Salles, dirigente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central.

Os ativistas criticaram severamente as prioridades do governo e mandaram um recado: “Vamos para Brasília,

de 7 a 9 de abril, para dizer ao governo que nós não construímos esta crise e não vamos pagar esta conta”, falou Ismael Souza.

TODO APOIO A GREVE DOS PROFESSORES ESTADUAIS

Vários grupos de professores estaduais, que entraram em greve no dia 16/03, eram aplaudidos ao passarem pela manifestação dos SPFs. Eles se dirigiam para a assembleia da categoria que acontecia perto dali, no vão livre do Masp, e depois saíram em passeata em direção à Praça da República.

EIXOS DA CAMPANHA

Um dos eixos principais da campanha envolve a luta por uma política salarial permanente com correção das distorções e reposição de perdas inflacionárias.

Segundo levantamentos e estudos técnicos, o Fórum está buscando junto ao governo um índice linear de reajuste de 27,3%.

Esse percentual refere-se à inflação oficial do país (variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulada de julho de 2010 a agosto de 2016 que gira em torno de 44%, acrescidos de 2% de ganho real e descontados os 15,8% concedidos pelo governo em três parcelas

(2013, 2014, 2015), conquistados pela greve de 2012. As entidades levaram em conta que entre 2010 e 2012 o governo não concedeu reajuste.

Entre os destaques da campanha salarial 2015 segue ainda a luta pela isonomia dos benefícios concedidos aos servidores dos Três Poderes que incluem auxílio-alimentação, creche, plano de saúde e outros.

Data base em 1º de maio; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; retirada de projetos que atacam direitos e aprovação imediata de propostas de interesse dos servidores no Congresso Nacional completam os eixos centrais da campanha.

A campanha unificada envolve muitos outros eixos de luta que serão defendidos ao longo do ano como:

- Melhoria dos serviços públicos com realização de concurso público para reposição da força de trabalho no setor;
- Aprovação da PEC 555 que extingue cobrança previdenciária dos aposentados;
- Revogação das MPs 664 e 665 e outras que retiram direitos dos trabalhadores;
- Transposição dos anistiados para o Regime Jurídico Único;
- Campanha pela liberdade de organização sindical nos locais de trabalho;

- Política adequada de saúde do servidor e combate ao assédio moral e às opressões;
- Readmissão dos temporários demitidos na greve do IBGE;
- Regulação da jornada de trabalho de 30 horas no serviço público sem redução salarial.

Continua permanente e em destaque a luta pela regulamentação da negociação coletiva no setor público.

O Fórum das Entidades Nacionais dos Federais deve ainda realizar um seminário nacional sobre precarização, terceirização e privatização no setor público com data a ser definida.



REUNIÃO DO GPCOT LEVANTA DEBATE SOBRE CONDIÇÕES DE TRABALHO

MTE

A 4ª reunião do Grupo Permanente de Discussão sobre as Condições de Trabalho – GPCOT tratou da falta de condições de trabalho no MTE, apontando diversos problemas enfrentados pelos servidores no cotidiano e pedindo respostas que exigiam a presença de representantes das áreas técnicas envolvidas.

Por isso o Coordenador-geral de Recursos Humanos - CGRH, Luiz Eduardo Lemos da Conceição, marcou uma reunião extraordinária para o dia 27 de março, com representantes das entidades.

Esteve na pauta: a situação dos sistemas de informática em todos os estados, o levantamento das condições físicas das unidades do MTE e de projetos de reformas em anda-



Crédito: Sinat

mento, diagnóstico da situação dos locais que recebem a entrada do seguro desemprego e dos recursos e quais recebem apenas os recursos.

Os servidores não deixaram passar a questão do machismo presente no boletim informativo sobre vestimenta e protocolaram uma carta de-

nunciando e repudiando o tratamento equivocado dispensado às mulheres pela Comissão de Ética. Além disso o documento propõe que a CE promova uma campanha efetiva de combate ao machismo no órgão, realizando palestras nos locais de trabalho e elaborando uma cartilha, com contribuição do GPCOT.

A delegada de base Beth Lima, servidora da SRTE/SP, representou o Sindsef-SP na reunião realizada dia 06 de março, em Brasília. Beth passou informes sobre o sistema de reuniões na SRTE/SP, para tratar sobre condições de trabalho e problemas relacionados ao atendimento ao público. A servidora também falou da construção de um evento na SRTE/SP, que prevê palestra com uma especialista sobre assédio moral no local de trabalho.

A reunião extraordinária também vai abordar um tema polêmico, que é a solicitação da inclusão do GPCOT na Comissão Tripartite que deverá analisar o projeto do Sistema Único do Trabalho (SUT).

SPU

SUCATEAMENTO DA SPU

Uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) na Secretaria do Patrimônio da União (SPU), órgão responsável pela administração de imóveis federais que estão em áreas onde o ocupante deve pagar imposto pela utilização do terreno, constatou problemas na arrecadação que estão gerando grandes prejuízos para a União.

Áreas que custam mais de R\$ 6 mil o metro quadrado, estão avaliadas oficialmente por R\$ 22,51, gerando um imposto irrisório, pois a cobrança é calculada sobre um percentual do valor registrado pelo governo.

O Sindsef-SP entrevistou alguns servidores do órgão para obter uma avaliação do problema na perspectiva do trabalhador.

Pode-se afirmar, que a situação se repete em maior ou menor grau em todas as unidades da SPU. Isto porque o sucateamento do órgão dificulta a eficiência do trabalho. Falta servidor, os equipamentos

e os sistemas de informática são obsoletos e, em alguns casos, os locais de trabalho estão muito mal conservados, necessitando de reformas urgentes.

Em São Paulo, existe somente dois engenheiros avaliadores para atender todo o estado. E os dois, assim como a maioria dos servidores do quadro, já estão aptos a se aposentar. “É preciso investir em concurso, o último específico do órgão foi em 2006”.

“A União contrata a Caixa Econômica Federal para fazer as avaliações e paga cerca de R\$ 3 mil por cada, uma quantidade bem maior delas poderiam ser feitas por servidores federais, se considerada a atual remuneração dos avaliadores” conta.

O sucateamento do órgão já foi relatado diversas vezes aos dirigentes da casa, pelos servidores e pelo próprio TCU, mas as iniciativas adotadas pela direção mostram-se tímidas e incapazes de solucionar a questão.

INCRA

TRABALHADORES SE ORGANIZAM PARA ENFRENTAR A FALTA DE INFRAESTRUTURA

O corte de verbas promovido pelo governo federal deixa os trabalhadores expostos a situações cada vez mais críticas. Em fevereiro os trabalhadores e usuários do Incra/SP foram surpreendidos com a falta de papel higiênico no órgão.

O problema aconteceu no dia 24 de fevereiro. No dia seguinte faltou água potável por algumas horas. Segundo informações dos servidores, a situação ocorreu porque o contrato com a empresa prestadora de serviços responsável pela limpeza e conservação do prédio estava com o pagamento atrasado. A mesma empresa abastece o edifício com galões de água potável e com produtos de higiene e limpeza.

A limpeza do prédio já estava prejudicada há muito dias, sem produtos de limpeza as funcionárias estavam limpando os banheiros e demais locais somente com água. Além disso, as trabalhadoras ficaram sem receber alguns benefícios sociais.



Crédito: Fábria Corrêa

O Sindsef-SP foi acionado e o departamento jurídico elaborou um Requerimento Administrativo ao Superintendente da autarquia, Wellington Diniz Monteiro, relatando a situação e pedindo o reestabelecimento dos serviços de limpeza e que se por ventura o problema voltar a acontecer que o expediente seja suspenso, para garantia da dignidade de todos os trabalhadores e usuários.

Em assembleia os servidores decidiram retomar as mobilizações e pedir melhorias nas condições de trabalho e investimentos na infraestrutura do prédio.



IPEN

FORÇA DA MOBILIZAÇÃO CONQUISTA REGULAMENTAÇÃO DA GEPR



Crédito: Renato Benvenuti

Os servidores do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) travaram uma intensa batalha para reverter o fim da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos (GEPR).

Após mais de duas semanas de mobilização eles conseguiram. No dia 21 de março foi publicada a regulamentação assinada pela presidente Dilma. “Se não tivesse sido feita esta mobilização não conseguiríamos nada”, completou Renato Benvenuti, servidor do órgão e diretor da Assipen (Associação dos Servidores do IPEN).

De 09 a 20 de março, os servidores reduziram o ritmo da produção, realizaram assembleias diárias e outras ações visando ganhar visibilidade e apoio. O resultado foi a assinatura do projeto pelo MCT&I (Ministério da

Ciência, Tecnologia e Inovação) e pelo MPOG. E em seguida a Casa Civil publicou o decreto 8.421/2015.

Neste período a ameaça de corte da gratificação virou realidade, tanto que a GEPR não será paga no próximo contracheque. Porém, a direção da CNEN assumiu o compromisso de pagar, proporcionalmente, no mês seguinte.

A força do movimento conseguiu a regulamentação, no entanto o texto do decreto não contempla todos os trabalhadores. Agora começa outra luta. É preciso enquadrar o maior número possível de servidores dentro das especificações contida na lei.

Os diretores da Assipen já solicitaram uma reunião com a direção do órgão para discutir como se dará o processo de reequacionamento.

IPHAN

PALESTRA SOBRE ASSÉDIO MORAL

“O assédio moral vem sendo usado como forma de gestão”. Assim o advogado César Lignelli, membro da equipe jurídica do Sindsef-SP, começou a palestra sobre Assédio Moral realizada no Instituto do Patrimônio, Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no dia 18 de março. A atividade faz parte da campanha de combate ao assédio moral organizada pelo Sindicato.

O objetivo foi, a partir das definições e exemplos, ajudar os servidores a identificarem se estão sendo alvo destas práticas e apontar iniciativas para enfrentá-las.

O palestrante destacou que o assédio moral é um tema recente nas relações de trabalho e é usado, na grande maioria das vezes, como ferramenta para manutenção da relação de poder. “Para aquele chefe continuar com seu projeto de poder”, afirmou.

As principais vítimas são: os questionadores natos, sejam eles atípicos ou não, os adoecidos ou acidentados e os “certinhos ou legalistas”. O objetivo é silenciá-las, afastá-las e, também, esconder a incompetência do chefe.

Na sequência, César elencou alguns exemplos de conduta assediadora: atribuir uma carga de trabalho impossível

de ser realizada, isolar o trabalhador, fazer insinuações sobre características físicas do assediado, ridicularizar, humilhar etc. Sempre com o objetivo de desestabilizar emocionalmente o trabalhador.

“Eu já sofri algumas dessas situações e nem sabia que era assédio moral”, comentou uma servidora.

A palestra terminou com dicas para reagir: anotar com detalhes as humilhações sofridas; dar visibilidade ao processo de assédio, pedindo ajuda de colegas que testemunharam o fato; evitar conversar com o agressor sem testemunhas; exigir por escrito, explicações de tarefas que são quase impossíveis de serem concluídas, entre outras.

César falou da importância do sindicato na luta do combate ao assédio moral e que o problema deve ser enfrentado pelo conjunto dos trabalhadores organizados nos locais de trabalho.



Crédito: Fábria Corrêa

MS

PORTARIA TRANSFERE OBRIGAÇÕES COM OS SERVIDORES CEDIDOS

Na reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde, o ministro Arthur Chioro assinou a Portaria nº 243, que dispõe sobre a cessão de servidores públicos do Ministério da Saúde e das autarquias e fundações públicas a ele vinculadas para exercício nos estados, Distrito Federal e municípios, com vistas à atuação no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo o MS, a portaria

representa uma carta de direitos aos trabalhadores cedidos. Mas na verdade ela transfere para os cessionários (estados, Distrito Federal e municípios) obrigações como: educação permanente, exames médicos periódicos e equipamentos de proteção. Além disso, a portaria prevê a possibilidade de cumprimento de jornada de 30 horas para profissionais em atividades consideradas de turno ininterrupto, bem como o paga-

mento de diárias de deslocamento e de eventuais serviços extraordinários. Segundo a portaria estas despesas ficam a cargo dos cessionários. “Mas quem irá fiscalizar e garantir o cumprimento desses direitos?”, indaga a servidora do Ministério da Saúde e diretora do Sindsef-SP, Ana Bueno, que irá levar esse e outros questionamentos para a próxima reunião da Mesa Setorial do Ministério da Saúde em São Paulo.

ALERTA: GOLPE NA PRAÇA!

Os servidores devem ficar atentos para não cair em mais um golpe que está na praça. O alerta veio de D. Therezinha, servidora aposentada, que recebeu uma ligação avisando que o seu cartão magnético havia sido clonado e que o banco mandaria um motoboy em sua residência para levar o cartão substituto. Desconfiada, Therezinha pediu ao motoboy um documento de identidade. O rapaz se recusou a apresentar e deixou o local. Ao procurar sua agência foi informada que não havia qualquer problema com o seu cartão. “Eles sabiam todas as minhas informações. O gerente alertou que o cliente nunca deve confirmar seus dados para ninguém”, avisou Therezinha.



Assembleia Estadual Geral e posse da nova diretoria do Sindsef-SP

A assembleia estadual reuniu servidores da ativa, aposentados e pensionistas da capital, litoral e interior.

O primeiro ponto foram os informes do jurídico sobre o reajuste conquistado com a campanha salarial unificada de 2012, dividido em três parcelas, sendo a última paga em janeiro deste ano. César Lignelli, advogado do Sindsef-SP, lembrou que para a maioria dos servidores “o salário base continuou o mesmo e a variação foi no valor do ponto da gratificação de desempenho”.

Em seguida fez um resgate da situação da GEAP, plano de saúde que atende grande parcela dos servidores do executivo e que sofreu mais um reajuste em fevereiro, mais uma vez o índice foi superior ao praticado pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). César informou que o departamento jurídico está propondo ajuizar uma ação contra este aumento e avisou que os interessados devem procurar o sindicato e assinar uma



Crédito: Fábria Corrêa

autorização para tal.

A realização do 2º Congresso da CSP-Conlutas, que ocorre de 04 a 07 de junho de 2015, em Sumaré, foi o segundo ponto. Paula Pascarelli, da executiva estadual da Central, abordou o cenário político efervescente em que acontecerá o Congresso e reconheceu a importância da base do Sindsef-SP para o fortalecimento da entidade.

A assembleia também reservou espaço para dar visibilidade ao Dia de Luta da Mulher e ao Dia Internacional de Combate ao Racismo, cele-

brados respectivamente dia 08 e 21 de março.

O aumento dos casos de dengue e a crise de abastecimento de água também estiveram na pauta. A crise da água foi tratada pelo servidor do Ibama, Carlos Daniel, que denunciou o gerenciamento irresponsável e as prioridades dos acionistas da Sabesp, que deixaram de realizar investimentos necessários para garantir os lucros da empresa.

A atividade foi encerrada com informes da Campanha Salarial Unificada 2015.

Cerimônia de Posse e Seminário da Diretoria

“A gente tem uma tarefa dura mas é preciso ter disposição para lutar”, afirmou o Secretário Geral do Sindsef-SP, Ismael Souza, na cerimônia de posse da atual diretoria, realizada no dia 06 de março.

Ismael ressaltou a construção da nova gestão, “formada por aqueles que lutam nos seus

loais de trabalho, que diariamente reafirmam o compromisso de construir uma entidade independente e que se sensibilizam com a luta dos trabalhadores de outros setores”. E declarou que o Sindsef-SP e a diretoria estão a serviço das lutas dos trabalhadores.

A renovação é uma das principais bandeiras do Sindsef-SP e a atual gestão é um reflexo dessa luta, pois reúne novas lideranças e aqueles mais experientes. “Estamos fazendo aquilo que cobramos das entidades no movimento sindical, que



Crédito: Fábria Corrêa

as pessoas não se perpetuem nas direções dos sindicatos, que apostem em direções novas”, falou o ex-Secretário Geral do sindicato, Carlos Daniel G. Toni.

Nos dois dias seguintes a nova diretoria do sindicato se reuniu para realizar o seminário de planejamento estratégico da gestão e apontar as prioridades para este ano, dentre elas o plano de lutas para defender os direitos da categoria.



Crédito: Fábria Corrêa

DICA CULTURAL

Visitar o Memorial da Resistência de São Paulo proporciona uma experiência marcante. O edifício abrigou o DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) e mantém uma exposição permanente sobre as estratégias de controle, repressão e resistência.



Quatro celas foram restauradas buscando remeter o visitante ao período do regime militar. A primeira cela mostra os trabalhos do processo de implantação do Memorial da Resistência; a segunda presta uma homenagem aos milhares de presos desaparecidos e mortos em decorrência de ações do DEOPS/SP; a terceira cela foi reconstituída a partir das lembranças de ex-presos políticos e a quarta cela oferece uma leitura da solidariedade entre os que estiveram encarcerados naquele local.

Os relatos, com riqueza de detalhes, sobre o sofrimento passado e a solidariedade entre os presos são emocionantes.



Memorial da Resistência de São Paulo

Endereço: Largo General Osório, 66, Luz (próximo a estação da Luz)

Tel. 3335-4990 - Terça a domingo, das 10h às 17h30 com permanência até as 18h.

Site: www.memorialdarestenciassp.org.br
ENTRADA FRANCA.